



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 635706 - GO (2020/0344256-0)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SECAO DE GOIÁS  
**ADVOGADOS** : FREDERICO MANOEL SOUSA ALVARES - GO051805  
AUGUSTO DE PAIVA SIQUEIRA - GO051990  
ANALECIA HANEL RORATO - GO058940  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : LUCIANA CARLA ALTOE DE LIMA FALCAO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANA CARLA ALTOE DE LIMA FALCAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5680985-29.2019.8.09.0000).

A impetrante sustenta que houve a utilização ilegal, pelo juízo de origem, de mensagens telefônicas da paciente, uma vez que era advogada do denunciado e, portanto, as mensagens estariam protegidas pelo sigilo profissional.

Requer, liminarmente, a extensão da ordem concedida a Danilo Vasconcelos, de quem era sócia, para que sejam desentranhados dos autos da Ação Penal n. 0097404-24.2019.8.09.0175 diálogos realizados entre a referida causídica e o denunciado Mário Marques Pereira. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator demonstrou, de forma fundamentada, a falta de similitude fático-processual para o pedido (fls. 45/46):

[...]

Examinando detidamente o caderno processual, tem-se que não é caso de se estender a ordem à advogada Luciana Carla Altoé de Lima Falcão, porquanto não restou demonstrado o vínculo profissional entre a citada causídica e o acusado e denunciado Mário Marques Pereira.

Ao prestar informações, a autoridade coatora informou que, em 14/10/2019, foi acostada nos autos 0097404-24.2019.8.09.0175 (autos físicos 201900974040), uma procuração outorgada pelo acusado Mário Marques Pereira aos advogados Danilo dos Santos Vasconcelos e

Luciana Carla Altoé de Lima Falcão, inscritos, respectivamente, na OAB-GO sob os n.ºs. 26.830 e 43.061, os quais trabalhavam no mesmo escritório.

Ressaltou, contudo, que, em 21/11/2019, a advogada Luciana Carla Altoé de Lima Falcão renunciou à procuração outorgada por Mário Marques Pereira e, que, pelo que se infere dos autos, ela nunca formulou qualquer pedido perante aquele Juízo ou praticou qualquer ato de defesa em nome deste – tal como acompanhar o réu nas audiências.

Informou que, em relação aos demais acusados dos autos 201900974040, há apenas uma procuração outorgada por Suely Cândida de Oliveira em favor dos advogados Luciana Carla Altoé de Lima Falcão e Danilo dos Santos Vasconcelos, e que o advogado Danilo dos Santos Vasconcelos também foi constituído por Geraldo Borges Moreira e Jemima Adelita Ruiz Benegas, e alguns dos pedidos feitos em nome destes acusados no Projud estão sendo protocolados pela Luciana Carla Altoé de Lima Falcão (certamente porque trabalham no mesmo escritório), tanto que é esta última quem assina os arquivos digitalmente, apesar de não ter recebido qualquer procuração de Geraldo Borges e Jemima Adelita, ou seja, apesar de constar nos referidos documentos a assinatura digital da advogada Luciana Carla Altoé de Lima Falcão, o nome do advogado que aparece na petição respectiva é o de Danilo dos Santos Vasconcelos, que foi constituído pelos réus.

Pontuou que Luciana Carla Altoé de Lima Falcão inseriu um arquivo em branco no Projudi, motivo pelo qual foi determinada a intimação desta para esclarecer o ocorrido, mas a advogada não se manifestou. Esclareceu que Luciana Carla Altoé de Lima Falcão não compareceu à audiência realizada no dia 14/08/2020, mas sim, Danilo dos Santos Vasconcelos, e que, no dia 28 de agosto de 2020, em consulta aos arquivos constantes nos autos principais e seus respectivos apensos, foram encontrados alguns pedidos feitos pela Luciana Carla Altoé de Lima Falcão, mas, que estes foram formulados em favor do advogado Danilo dos Santos Vasconcelos, após o juízo ter decretado a busca e a apreensão nos endereços deste. Por fim, esclareceu que Luciana Carla Altoé de Lima Falcão não foi alvo das investigações, tampouco foi decretada alguma medida cautelar – interceptação, busca e apreensão ou prisão – em desfavor da referida advogada (movimentação 80, arquivo 1).

Como se vê, não há similitude fática entre as situações confrontadas na impetração, porquanto demonstrado que Luciana Carla Altoé Lima Falcão e o denunciado Mário Marques Pereira não possuíam vínculo de advogada e cliente, o que afasta qualquer a configuração de ilegalidade sanável pela via mandamental do habeas corpus.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente